

**Impugnação 05/11/2020 15:40:28**

Segue impugnação impetrada por empresa interessada neste pregão eletrônico: "Vimos através desse, pedir impugnação ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2020 - de objeto: "Contratação de prestação de serviços de engenharia consultiva para elaboração de projeto de modernização do sistema de ar condicionado para o 1º pavimento e 2º pavimento do Edifício Sede Judicial do TRT da 15ª Região, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo III, partes integrantes deste edital." devido ao item 9.10 - Qualificação Técnica. No subitem 9.11.1, 2 - "Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou outro Conselho, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade" está expresso que apenas as empresas cadastradas no CREA poderão participar do certame. Somos registrados no CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais) devido ao fato do desmembramento dos técnicos do CREA. Conforme nosso Conselho, os habilitados em eletrotécnica estão plenamente capacitados para o serviço relativo ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2020 por esse motivo pedimos o Esclarecimento e ou Impugnação do Pregão para revisão e adequação do Edital."

Fechar



Resposta 05/11/2020 15:40:28

Referente à impugnação impetrada, Instada a se manifestar, a área técnica deste E. TRT argumentou que 'Considerando que o objeto da presente contratação se refere à elaboração de projeto de modernização do sistema de ar condicionado para dois pavimentos do Edifício Sede Judicial deste Tribunal; que o sistema de condicionamento de ar a ser projetado terá como objetivo proporcionar condições controladas de temperatura, umidade, taxa de renovação e qualidade do ar, adequadas ao perfeito funcionamento dos ambientes a serem climatizados, garantindo qualidade do ar e manutenção dos preceitos para saúde e bem-estar, seguindo parâmetros da Norma ABNT NBR 16401/2008, além das demais Normas, Portarias, Resoluções e demais regulamentos necessários para a aplicação dos normativos; que o projeto será desenvolvido de forma a obter uma solução moderna, devidamente integrada com os elementos arquitetônicos, que leve em consideração os custos de implantação e os custos energéticos operacionais; que a empresa contratada será responsável pelo desenvolvimento dos seguintes documentos técnicos, além de outros que entender pertinente: Relatório da Situação Atual e Anteprojeto, Projeto Executivo Completo, Memorial Descritivo completo e cronograma para implantação da solução proposta, Planilha Orçamentária, conforme detalhado no item 1.4 do Anexo I ao Edital - Termo de Referência; que estes elementos serão componentes integrantes e imprescindíveis para contratação da implantação das alterações e que eventuais discrepâncias poderão acarretar risco e danos ao erário, bem como à este Tribunal; que o contratado deverá ter atribuições compatíveis com a presente contratação que compreende equipamentos de porte e irrefutável complexidade (Resolução Confea nº 218/73 e nº 278/73), inclusive emitindo as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica para todos os elementos elaborados tais como projeto executivo completo, memorial descritivo, orçamento sintético e analítico; ratificamos o quanto solicitado no item 9.11. do Edital e seus subitens, referentes à documentação para comprovação de que possui capacidade para execução do presente objeto.' Como complemento, a área técnica asseverou que "deverão ser profissionais graduados com formação superior." Por todo o exposto, em conformidade com o § 1º do art. 24 do Decreto nº 10.024/2019, esta pregoeira conhece e não acolhe a impugnação impetrada, pelas razões acima apresentadas.

Fechar